

GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BÉLEM-PA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL

Moisés Rita Vasconcelos Júnior (*), Rosália do Socorro da Silva Corrêa.

* PPDMU – UNAMA. E-mail: moises_vasconcelos@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo faz pontuações a respeito da gestão integrada dos resíduos sólidos na Região Metropolitana de Belém – RBM. Por meio da discussão sobre os desafios da coleta seletiva como estratégia no processo de gestão e gerenciamento do lixo produzido entre os cinco municípios integrantes da RMB pretende-se apontar os avanços necessários para o desenho de um modelo de gestão socialmente integrado, que traga como concepção a sustentabilidade em todas as etapas desse processo. Situou-se então o papel da gestão integrada dos resíduos sólidos para a redução da produção de lixo, segundo o que estabelece a Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, apontando o papel dos municípios e o compartilhamento das responsabilidades, onde situam-se os catadores de lixo, principais responsáveis pela coleta seletiva. Posteriormente, aponta-se como vem ocorrendo esse processo na RMB, destacando a pesquisa de Oliveira (2010) que trouxe aspectos sobre as ações municipais para entidades que tem, no trabalho de reciclagem, sua fonte de trabalho e renda. Consideramos a partir desse debate que existe a necessidade de avanços na gestão dos resíduos sólidos na RBM, pois as poucas ações existentes não são efetivas ao ponto de garantir a continuidade das associações de reciclagem, bem como não estimulam a estruturação de novos grupos para esses fins.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos Sólidos Urbanos, Gestão dos Resíduos Sólidos, Sustentabilidade, Inclusão Social.

ABSTRACT

The present article makes scores regarding the integrated management of solid waste in the Metropolitan Region of Belém - RBM. Through the discussion on the challenges of selective collection as a strategy in the process of management and management of waste produced among the five municipalities of the RMB, it is intended to point out the necessary advances for the design of a socially integrated management model that brings as a conception sustainability in all stages of this process. The role of integrated solid waste management for the reduction of waste production was then established, according to what establishes the National Solid Waste Policy - PNRS, pointing out the role of municipalities and the sharing of responsibilities, where the waste pickers are located mainly responsible for the selective collection. Subsequently, it is pointed out how this process has occurred in the RMB, highlighting the research of Oliveira (2010) that brought aspects about municipal actions to entities that have, in the work of recycling, their source of work and income. We consider from this debate that there is a need for advances in the management of solid waste in the RBM, since the few existing actions are not effective to the point of guaranteeing the continuity of recycling associations, nor do they stimulate the structuring of new groups for these purposes.

KEY WORDS: Urban Solid Waste, Solid Waste Management, Sustainability, Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

A partir dos impactos ambientais causados pela inadequação do manejo e disposição final dos resíduos sólidos, buscou-se compreender a gestão dos resíduos sólidos descrita na Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS (BRASIL, 2010), apontando as fragilidades do processo de implantação desse modelo de gestão na RBM (atualmente constituída pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara), e os desafios de integrar a coleta seletiva como ação estratégica a ser incorporada a concepção de gestão integrada, que deve promover, além da redução dos resíduos sólidos em vista de minimizar os impactos ambientais que podem ocorrer no seu acondicionamento, realizar a integração social de entidades que tem no lixo sua fonte de trabalho e renda, em vista de enfatizar o aspecto socioambiental dessa política, que deve ter no Estado um investidor dessas ações, e os agentes ambientais (catadores) os sujeitos essenciais no processo de reintegração da matéria no processo produtivo por meio da reutilização e reciclagem.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir a respeito dos desafios da coleta seletiva como estratégia no processo de gestão e gerenciamento do lixo produzido entre os cinco municípios integrantes da RMB, apontar os avanços necessários para o desenho de um modelo de gestão socialmente integrado, que traga como concepção a sustentabilidade em todas as etapas desse processo. Situou-se então o papel da gestão integrada dos resíduos sólidos para a redução da produção de lixo, segundo o que estabelece a Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, apontando o papel dos

municípios e o compartilhamento das responsabilidades, onde situam-se os catadores de lixo, principais responsáveis pela coleta seletiva, posteriormente, aponta-se como vem ocorrendo esse processo na RMB. A discussão do presente trabalho deu-se a luz do material bibliográfico levantado, bem como de legislações pertinentes.

OBJETIVOS

O presente artigo faz pontuações a respeito da gestão integrada dos resíduos sólidos na Região Metropolitana de Belém – RBM. Por meio da discussão sobre os desafios da coleta seletiva como estratégia no processo de gestão e gerenciamento do lixo produzido entre os cinco municípios integrantes da RMB pretende-se apontar os avanços necessários para o desenho de um modelo de gestão socialmente integrado, que traga como concepção a sustentabilidade em todas as etapas desse processo. Situou-se então o papel da gestão integrada dos resíduos sólidos para a redução da produção de lixo, segundo o que estabelece a Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, apontando o papel dos municípios e o compartilhamento das responsabilidades, onde situam-se os catadores de lixo, principais responsáveis pela coleta seletiva. Posteriormente, aponta-se como vem ocorrendo esse processo na RMB, destacando a pesquisa de Oliveira (2010) que trouxe aspectos sobre as ações municipais para entidades que tem, no trabalho de reciclagem, sua fonte de trabalho e renda. Consideramos a partir desse debate que existe a necessidade de avanços na gestão dos resíduos sólidos na RBM, pois as poucas ações existentes não são efetivas ao ponto de garantir a continuidade das associações de reciclagem, bem como não estimulam a estruturação de novos grupos para esses fins.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que adota a pesquisa bibliográfica e documental para o estudo dos impactos ambientais causados pela inadequação do manejo e disposição final dos resíduos sólidos, onde buscou-se compreender a gestão dos resíduos sólidos descrita na Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS (2010), apontando as fragilidades do processo de implantação desse modelo de gestão na RBM (atualmente constituída pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara), e os desafios de integrar a coleta seletiva como ação estratégica a ser incorporada a concepção de gestão integrada, que deve promover, além da redução dos resíduos sólidos em vista de minimizar os impactos ambientais que podem ocorrer no seu acondicionamento, realizar a integração social de entidades que tem no lixo sua fonte de trabalho e renda, em vista de enfatizar o aspecto socioambiental dessa política, que deve ter no Estado um investidor dessas ações, e os agentes ambientais (catadores) os sujeitos essenciais no processo de reintegração da matéria no processo produtivo por meio da reutilização e reciclagem.

RESULTADOS

Coleta seletiva, segundo a definição da PNRS é a coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme a sua constituição ou composição. A nível de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no artigo 18 da mesma Lei, a coleta seletiva é uma das prioridades para o acesso aos recursos da União, integrando a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. (PNRS, 2010). Acerca da coleta seletiva, Kuhnen (1994), discorre sobre a dimensão comunitária imbricada nesse processo:

A coleta seletiva constitui processo de valorização dos resíduos, em que estes são selecionados e classificados na própria fonte geradora, visando seu reaproveitamento e reintrodução no ciclo produtivo. Ao invés de simplesmente eliminar os resíduos, passa-se a valoriza-los, reciclá-los. A prática da coleta seletiva reveste-se de forte conteúdo comunitário, qualquer que seja a abrangência do projeto. Seu potencial transformador a recomenda como exercício cotidiano de solidariedade entre os indivíduos. (KUHNEN, 1994, p. 49).

O principal desafio dos administradores municipais é a concretização de ações permanentes que estimulem o descarte consciente do lixo, assim como o incentivo econômico ao trabalho de coleta dos resíduos sólidos, bem como a utilização de ferramentas para ampliação do debate sobre o problema do lixo, vislumbrando a mudança de pensamento dos atores sociais sobre suas responsabilidades no processo de gestão, considerando que, para que essa se torne integrada é necessário “considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sobre a premissa do desenvolvimento social.” (BRASIL, 2010, p. 11)

Assim, pensar um modelo de gestão de resíduos sólidos integrada a ser adotado requer que consideremos aspectos da cadeia produtiva, deixando de pensar no lixo apenas como o resultado final de consumo de um produto, mas refletindo acerca dos impactos ambientais e sociais que o seu descarte inadequado pode gerar e o papel da sociedade nesse processo, para que dessa maneira possamos assumir uma postura de consumo consciente e solidário, ou seja, que nossa prática de consumo seja pautada na manutenção de nossas necessidades de existência básicas, e também que se considere o bem – estar coletivo. (MANCE, 2003).

Nesse contexto, a partir da compreensão de que, apesar de existir locais para a disposição final do lixo, isso não é suficiente para reduzir a sua geração e nem os impactos que o não tratamento causa para o local onde ele é acondicionado, em sua maioria em lixões ou vazadouros. Ao contrário, identificou-se a necessidade de incorporação de aspectos que garantissem um equilíbrio entre os fatores consumo, geração, tratamento e disposição final do lixo, formando um modelo de gestão nos moldes da sustentabilidade.

A educação ambiental é essencial nesse processo de transformação da representação social que nossa sociedade tem em relação ao trabalho com os resíduos sólidos e das pessoas que executam essas atividades (catação e reutilização), pois o preconceito que gira em torno dessa discussão relaciona-se, também, com o entendimento de que o problema do lixo está ligado apenas a condição de pobreza e vulnerabilidade econômica de grandes áreas periféricas, quando na verdade, a problemática do lixo urbano, os impactos socioambientais e, sua gestão e gerenciamento exige a participação de todos os segmentos da sociedade, a fim de encontrarem soluções eficientes que atendam a diversidade existente em cada cidade brasileira.

Entre as responsabilidades dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos descritas no Art. 36 da PNRS, destaca-se a articulação com agentes econômicos e sociais como medidas de viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. Lançamos nosso olhar em relação a esse aspecto da gestão integrada dos resíduos sólidos, pois incorporada a ela tem-se a discussão acerca da inclusão social de seguimentos da sociedade que tem na catação de lixo sua fonte de trabalho e renda.

Uma das estratégias previstas na PNRS (2010) que pode ser adota pelos administradores municipais são os incentivos econômicos destinados à população e aos grupos sociais que encontram no trabalho com os resíduos sólidos a sua fonte de renda, estimulando o descarte consciente do lixo através da coleta seletiva, da reutilização e reciclagem, em vista de reduzir a quantidade de lixo produzido, consequentemente a conservação de recursos naturais e a redução de impactos ambientais.

A diversidade apresentada pelas cidades brasileiras, principalmente da região amazônica, confere a discussão da gestão dos resíduos sólidos elementos que são importantes para que faça a análise das dificuldades e avanços na implantação de um modelo de manejo sustentável com inclusão social. Essa diversidade diz respeito ao formato de ocupação do território, ao modo de ocupação do solo, assim como, as relações estabelecidas nesses cenários.

A inclusão social de catadores tem sido incorporada de forma gradativa ao gerenciamento dos resíduos sólidos e os administradores municipais articulam um conjunto de ações normativas e operacionais para esse processo de coleta, separação, tratamento e disposição dos resíduos (DIAS, 2001), demonstrando por meio desses indicativos que as sociedades caminham no sentido de uma gestão socialmente integrada dos resíduos sólidos.

O município de Belém- PA possui a experiência de inclusão social dos catadores da Associação de Catadores de Coleta Seletiva de Belém – ACCSB e a Organização Não Governamental – ONG “No Olhar”, sendo esta última uma instituição que desenvolve um projeto de educação ambiental interdisciplinar em escolas estaduais e municipais, cujo financiamento é decorrente de entes privados, grandes empresas de telefonia, cosméticos, entre outros, ressaltando-se que a referida ONG não recebe incentivo financeiro da gestão público do município.

Segundo pesquisa desenvolvida por Oliveira (2012), em relação a coleta seletiva de Belém, as cooperativas e associações tem operado de forma irregular ao estabelecido na PNRS, existindo casos em que se fez necessário a intervenção do Ministério Público Estadual para o fechamento desses estabelecimentos, porque os trabalhadores desenvolviam suas atividades em um ambiente totalmente insalubre nos galpões de triagem e de equipamentos de reciclagem, conforme relato de entrevistas realizadas na referida pesquisa.

Oliveira (2012) desvelou os desafios e limitações da gestão integrada no município de Belém, bem como nos demais municípios que compõe a RMB. Através da pesquisa percebe-se fragilidades em todas as etapas da gestão dos resíduos sólidos produzidos no município, resultado de dificuldades ordem técnica, organizativa, econômica e política, refletindo

diretamente na operacionalização e execução por essas entidades de coleta seletiva, o que influencia diretamente em sua continuidade.

Outro ponto importante que a pesquisa de Oliveira (2012) suscitou diz respeito ao fato de que, ao analisar a fragilidade na gestão integrada dos resíduos sólidos no município de Belém, foi possível notar também, que essa mesma dificuldade se apresenta nos demais municípios integrantes da RMB que destinam o lixo que produzem ao atual aterro sanitário, localizado no município de Marituba- PA.

Desde a desativação do antigo aterro do Aurá, que operava no município de Ananindeua, a discussão a respeito dos impactos gerados pelo manejo inadequado e a destinação final do lixo, percebidos na degradação causada ao solo, ar e água, bem como na saúde e dinâmica econômica da população do entorno do empreendimento tem se intensificado no sentido de buscar estratégias sustentáveis para a minimização dos efeitos que o gerenciamento incorreto desencadeou.

Ao longo de quase 20 anos em que esteve em funcionamento, o lixo era acondicionado sem nenhum tipo de tratamento e sem ter passado por nenhum processo de separação que facilitasse a sua disposição final. Nesse cenário, pessoas que tinham no lixo a geração de renda, para sua subsistência eram expostas diretamente a vetores de doença como ratos, moscas, assim como, a resíduos sólidos de procedência hospitalar. Assim, o problema do Aurá denotou não somente um problema social, uma vez que uma reação em cadeia pela falta de incentivo à coleta seletiva, o manejo do lixo se dava de forma inapropriada, sendo este conduzido e acondicionado sem um processo de tratamento capaz de reduzir os impactos ambientais ao seu local de destino, e consequentemente a matéria prima não retornava ao sistema produtivo, mas também se tornou um problema de saúde pública, que exigia dos administradores dos municípios da RMB a parceria na construção de seus Planos Municipais e Intermunicipal de Resíduos Sólidos.

Considerando que todos os municípios da RMB têm no aterro de Marituba o destino final dos seus lixos, todo tem papel importante para que a gestão torne-se de fato integrada e, principalmente, que em suas territorialidades adotem estratégias de inclusão social de agentes ambientais nesse processo de gestão, a fim de empreender, de fato, um modelo sustentável que atenda aos interesses econômicos, sociais e que siga no sentido do desenvolvimento ambientalmente sustentável. Apesar da RMB ter adotado o aterro sanitário como formato de disposição final dos resíduos sólidos, desde a sua implantação a Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente – SESMA vem notificando a empresa responsável pelo gerenciamento do empreendimento pelas irregularidades técnicas apresentadas no Centro de Tratamento e Processamento de Resíduos – CTPR Marituba.

Ambos os casos, o antigo lixão do Aurá, que operou cerca de 20 anos no município de Ananindeua e o atual aterro sanitário de Marituba, trouxeram expressões da questão social e ambiental que há muito tempo vem-se buscando solução, em face aos impactos socioambientais percebidos em nossa sociedade. A busca por um modelo sustentável de desenvolvimento, que agregue crescimento econômico e preservação do meio ambiente para as futuras gerações, incube aos administradores públicos estratégias integradoras para o fomento de ações ambientais de todos os segmentos da sociedade. Desse modo, ao que tange a gestão dos resíduos sólidos, cabe o incentivo aos projetos e programas de educação ambiental e de legalização de entidades que desenvolvam o trabalho de coleta seletiva para integração no processo de gerenciamento do lixo produzido na RMB.

CONCLUSÕES

No que se refere a implementação de uma gestão integrada dos resíduos sólidos nos moldes da PNRS evidencia-se a necessidade de avanços da atuação do poder público municipal em adotar ações para a redução da produção do lixo urbano, pois, é são cada vez mais crescentes os impactos ambientais decorrentes do manejo e disposição inadequada.

Um caminho que surge como proposta nos debates dos movimentos sociais, segmentos da sociedade civil, e da própria PNRS, coloca a coleta seletiva como estratégia que pode contribuir no para o processo de gerenciamento correto dos resíduos sólidos, uma vez que, por meio dessa iniciativa existe a possibilidade de reintegrar a matéria ao ciclo de produção, evitando assim, a extração desenfreada de recursos naturais para a produção de novos itens de consumo, fato que atualmente tenta ser desacelerado pelo fomento de um novo pensamento social acerca da finitude dos recursos da natureza. Cabe então aos administradores municipais o desafio de incorporar aos seus planos municipais, uma concepção de gestão social integrada, ou seja, um modelo de gestão dos resíduos sólidos na perspectiva da inclusão social, onde existe a compreensão de que a partir da educação ambiental pode-se realizar o descarte consciente do lixo que a população produz, bem como proporcionar condições econômicas e técnicas – operativas para que as associações de coleta seletiva se estruturam e operem de maneira adequada, proporcionando condições de trabalho digno ao catadores.

A fragilidade percebida na RMB refere-se ao fato de que, assim como em outros municípios brasileiros, as ações de gestão integrada dos resíduos sólidos ainda são pontuais, e em alguns casos, acabam não fazendo conexão com as dimensões política, social e econômica, implicando na descontinuidade de entidades que, timidamente, tentam se estruturar como é o caso da ACCSB em Belém. Ainda não é percebido cooperação entre os municípios da RMB ao estímulo em seus territórios da construção de centros de coleta seletiva, e consequentemente a criação de um plano intermunicipal da Região que pactue entre eles a integração de suas responsabilidades em todas as etapas da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**; Publicação DOU, de 03/08/2010. Disponível em: <http://fld.co..br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf> Acesso em: 3 nov. 2017.
2. DIAS, R. O bom negócio dos resíduos sólidos. In: **Bio: Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente**, v.11, n.20, p. 38 – 41, 2001.
3. KUHNE, A. **Reciclando o Cotidiano**: o lixo como política pública e como representação social. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.
4. MANCE, E. A. Consumo Solidário. In: CATTANI, Antônio. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.
5. OLIVEIRA, R. M. M. **Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos**: o programa de coleta seletiva na Região Metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado) apresentado ao Programa de Mestrado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém, 2012.